

VIOLÊNCIA POLICIAL: Estudo de Caso da Instituição Polícia Militar de Minas Gerais¹

Maria Carmen de Castro Patrocínio

Capitão Psicóloga da PMMG

APRESENTAÇÃO

À ocasião da entrada dos primeiros psicólogos militares (em 1987), encontramos uma situação que pode ser descrita da seguinte maneira: pouca oferta de assistência em psicoterapia, apesar da grande demanda reprimida para atendimento psicológico, alto índice de suicídios, grande volume de internações psiquiátricas, quadros reativos diversos de sofrimento psíquico causados pela atividade profissional, freqüentes casos de alcoolismo (e junto, a banalização deste problema), comportamentos explosivos e violentos, e também espertos simuladores. Existia alguma oferta de tratamento psiquiátrico, porém limitada, pois a equipe contava com apenas 2 (dois) médicos especialistas. Foi-se construindo a partir dessa realidade a assistência à saúde mental em equipe multidisciplinar, bem como outras intervenções psicológicas, na seleção e na formação dos policiais militares.

Sempre nos preocupamos com o problema da violência policial. Constatamos na nossa prática profissional que muitos desses casos guardavam uma relação com estresse, depressão, alcoolismo, conflitos familiares e outros problemas mentais. Daí, nasceu o interesse em aprofundar estudos em torno das ações consideradas violentas, praticadas por policiais militares.

Neste estudo, a teoria de base foi o interacionismo simbólico de George H. Mead, uma vez que neste ponto de vista o self emerge da interação social e o pensar são uma atividade social. Para Mead, a sociedade é anterior ao indivíduo e, através das interações e percepções do outro, é que cada pessoa pode regular sua própria conduta. Também foram usadas contribuições da psicanálise, antropologia, psicopatologia, técnicas projetivas e da saúde no trabalho, para organizar os dados encontrados.

O presente artigo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada.

INTRODUÇÃO

Na história do desenvolvimento das sociedades, a violência sempre se fez presente. Nos tempos atuais, aparece como mediadora das relações sociais. Perpassa todos os tecidos: sociais, raciais, religiosos, sem distinção.

ARENDT (1973) chama a atenção para o fato de que *“a violência raramente é escolhida para considerações especiais, apesar do imenso papel que sempre desempenhou nos assuntos humanos.”* (ARENDT, 1973: 97). Esta autora considera que as arbitrariedades da violência têm sido tratadas com certa negligência. Embora neste século tenham florescido movimentos pacifistas de resistência, o avanço da violência é constante e implacável.

Para Girard (1990), a violência seria um componente natural das sociedades, sendo um elo que permite entender a transição do estado de natureza para o estado de cultura. E como se usa da violência como reação contra ela própria, torna-se interminável.

¹ O artigo é um resumo da dissertação de mestrado em Psicologia Social, na UFMG, defendida em dezembro de 1999. A banca examinadora aprovou o trabalho com louvor, e foi composta pelos Professores Doutores Marília Novaes da Mata Machado, Cornelis Von Stralen e Alzira Schueller Barbosa Pereira da Silva (orientadora).

Em um ponto de vista psicológico, Jurandir Freire Costa (1984: 30) define a violência como “o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos”. Pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente; também pode ser inconsciente, involuntário e irracional. Ainda para este autor, a violência traumática seria produzida pelo acúmulo de excitações que rompe a barreira protetora do ego e desestabiliza o psiquismo. Seria, então, “*toda experiência que ultrapassa a capacidade de absorção do aparelho psíquico*”. (COSTA, 1984: 92) A definição deste autor tanto descreve o que seria violência, como contempla a possibilidade desta ser inconsciente.

Michaud (1989) diz que a violência faz parte dos fenômenos submetidos à regulação social, então pede soluções. Ainda aponta para o fato de que a violência provoca processos de indiferenciação social, que permitem novos desenvolvimentos para direções inéditas. Assim sendo, os estudos microssociológicos, nas subculturas, são importantes quando se trata deste tema. Os policiais militares são integrantes de uma subcultura específica, sendo o alvo deste estudo. Vamos tratar das questões ligadas aos comportamentos considerados violentos na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

A PMMG tem um quadro de psicólogos dentre os oficiais de saúde. Existe uma trajetória da Psicologia nas políticas de saúde mental, com um acompanhamento mais efetivo aos policiais. Então temos uma “leitura” dessa Instituição que nos permite realizar estudos específicos para os problemas apresentados pela comunidade policial-militar. Algumas questões se impuseram desde o início de nosso contato com os profissionais da segurança pública: seriam os policiais pessoas potencialmente violentas, conforme vários segmentos da sociedade os acusam?; quais fatores se relacionam com a escolha de comportamento violento em alguns policiais?; há um ambiente propício que favorece a arbitrariedade policial, ou melhor, seria a violência dos policiais mais uma forma de internalização dos valores presentes no ambiente? Tais questões podem receber, em algum recorte, a contribuição de estudos de Psicologia para sua elucidação, o que, talvez, preste algum auxílio nos reajustes que a política pública de segurança terá que se submeter no processo de democratização do país.

Policiais convivem com todo tipo de transgressão da ética e dos costumes, o que sem dúvida, pode provocar traumas para qualquer ser humano. Esses efeitos são fatos observáveis cotidianamente, em nossa vivência clínica com os policiais. No cenário social brasileiro, a população menos favorecida em educação e condições econômicas, demanda a presença da polícia para todos os seus problemas cotidianos: violência doméstica, principalmente causada por alcoolismo ou uso de drogas, mau entendimento entre vizinhos despreparados para a vida em comunidade, socorro a pessoas doentes sem condições de locomoção, atendimento a parturientes, intervenção em escolas, mediação entre as mais diversificadas relações, inclusive profissionais. Os policiais acabam sendo depositários de problemas sociais que nem as equipes do Estado, especializadas para esta finalidade, conseguem solucionar. Como um grande volume de ocorrências demanda soluções sociais (segundo os próprios policiais), esses profissionais sempre estão convivendo com sentimento de impotência e desgaste emocional, pois um grande volume dos problemas não pode ser resolvido com a *ação preventiva policial*.

VIOLÊNCIA, IDENTIDADE E DISCIPLINA

O fenômeno da violência advém das falhas do tecido social e pode se manifestar sempre que houver perda de controle, perda de consciência nos indivíduos e também é freqüente em grupos mal socializados. Não é este o caso dos policiais militares, pois eles são um grupo altamente organizado, a julgar pelas características citadas por McDougall (apud FREUD (1921)), e que são: 1) condição de continuidade de existência no grupo; 2) formação de relação emocional com o grupo como um todo; 3) interação com grupos semelhantes, mas mantendo as diferenças; 4) possuir tradições, costumes e hábitos que determinem a relação de seus membros uns com os outros; 5) possuir estruturação definida com especialização e diferenciação das funções de seus integrantes. O autor postula que as desvantagens psicológicas (sugestionabilidade, violência) das formações de grupo ficam mais distanciadas para esses grupos organizados. Então, os policiais **não** se constituíram como um grupo a ser facilmente contaminado por essas desvantagens psicológicas que podem fazer produzir a violência.

Freud (1930) descreve uma trajetória entre a violência e a lei, que faria parte da tarefa civilizatória, ainda que interminável devido ao inesgotável ânimo guerreiro dos seres humanos. Em 1933, em *“Porque a guerra?”* diz que a violência é a pura manifestação da agressividade, mas que também é um meio utilizado pelos homens para implantar a ordem da lei e do direito. Dotada dessa função política, a violência vai ser tornada legítima pelo Estado, para as suas ações. Este é o *papel repressivo da polícia*.

Todo indivíduo carrega em si a agressividade que Freud (1930) descreveu em *“O Mal-Estar na Civilização”*, e que foi recalçada junto com a libido, no processo civilizatório. Então, o policial tem que estar preparado para liberar sua agressividade se a sua tarefa de proteger a sociedade assim o exigir. Mas, ao mesmo tempo, essa agressividade tem que estar sob controle, só podendo se manifestar quando for considerada necessária, e em condições legais.

Tal situação só é possível através de um treinamento muito detalhado, onde se busca incutir nos iniciantes profunda disciplina e valores de retidão e coragem., por uma mudança da identidade civil para a identidade militar. Tentamos entender como se processaria tal mudança, segundo as considerações de Goffmann (1961) no estudo de instituições totais, e de Van Gennep (1978) que analisou os ritos de passagem.

A transformação da identidade de civil para militar se constrói semelhante às fases descritas por Van Gennep. Na primeira fase, são separados de sua vida cotidiana. Na segunda fase, são despojados de sua identidade civil e há a introjeção dos valores militares, onde se destaca a disciplina. É o início da construção da identidade militar. Na terceira fase, de agregação, a formatura com seus rituais festivos, simboliza o nascimento do militar. Através desses ritos socializadores, que são construções sociais específicas de um grupo, é que o indivíduo aprende a liberar ou controlar sua agressividade para exercer sua função na política pública de segurança.

Os policiais militares entrevistados neste estudo reclamaram de duas situações sentidas como pressão: o regulamento disciplinar² e o estigma de que são vítimas. O estigma produz efeito de descrédito, de defeito, que diminui as possibilidades de inserção social. Assim, a formação da identidade dos grupos estigmatizados traria em si um conteúdo de desvalorização social, que Goffman vai chamar de “identidade deteriorada”. (GOFFMAN,1988) Quanto ao regulamento disciplinar, cumpre sua função de organizador grupal, onde são diminuídos os sentimentos de perigo e estados mentais ambíguos e subjetivos, que podem produzir alguma confusão nas análises das situações. Mas, segundo os policiais ouvidos em entrevistas, o regulamento pode ser (mal) usado para prejudicar profissionais, que então ficam sem alternativa de defesa.

Segundo Foucault (1987), a disciplina foi extremamente importante para o progresso das sociedades, a partir do século XVIII. Através de um olhar aos detalhes, olhar hierárquico, de uma sanção normalizadora e do exame, pode-se alcançar o sucesso do poder disciplinar (id, 1978). Dessa forma é que são vigiados os atos dos policiais militares, o que evita que atuem como transgressores. Uma vez que no trabalho policial há a liberação da agressividade, submeter os PMs à disciplina é refazer e reafirmar a tarefa civilizatória da qual fala Freud.

POLÍCIA E IDEOLOGIA

Na visão interacionista, as condutas e auto-regulações são internalizadas na convivência grupal. Assim, toda a ideologia que norteia as ações dos indivíduos foi assimilada através das interações ocorridas no grupo, mediadas pela linguagem.

Para entendermos a violência³ praticada pelos policiais, buscamos em Althusser (1970) a descrição da presença da ideologia nas coisas construídas pelo homem. Assim, pode-se falar que a ideologia “*é um ocultamento da realidade social e um aspecto fundamental da existência histórica dos homens*”. É a

² À época da coleta de dados do estudo, ainda estava em vigor o RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, que foi substituído pelo Código de Ética.

³ Consideramos, neste estudo, que violência é o abuso da força, tudo o que não precisaria ser feito para a resolução da ocorrência, sendo então o excesso desnecessário do uso do poder.

ação pela qual podem reproduzir as relações sociais existentes ou transformá-las parcial ou radicalmente. (CHAUI, 1994)

A partir de Marx, o sentido do termo ideologia passa a ser “*o sistema das idéias, das representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social*”. Por esse conceito, Althusser passa a apontar a presença da ideologia em todas as instâncias. Para haver reprodução da força de trabalho que mantém a formação social, é necessário que também se reproduza a submissão às regras de ordem estabelecida, ou seja, uma submissão à ideologia dominante. A estrutura de qualquer sociedade é constituída por duas instâncias: a base econômica ou infraestrutura, e a superestrutura que comporta o jurídico político (o direito e o estado) e a ideologia (religião, moral, política, jurídico, etc).

Nesse ponto de vista teórico, o Estado é considerado como aparelho repressivo. É chamado de “aparelho de Estado” e comporta a Polícia, os tribunais, as prisões, o Exército, e funciona pela violência. Althusser acrescenta a esta teoria o conceito de “aparelhos ideológicos de Estado”, que são a igreja, a escola, a família, o jurídico, o político, os sindicatos, a informação (mídia) e a cultura. Enquanto o aparelho repressivo é público, os aparelhos ideológicos são privados. Mas garantem a reprodução da ideologia, seja através dela mesma ou através da violência.

Althusser (1970) utiliza o conceito freudiano do inconsciente, no sentido onipresente, trans-histórico, e portanto, imutável na sua forma, ao longo da história. Então, afirma que a ideologia é uma relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência. Sendo assim, é uma alusão à realidade.

A POLÍCIA E A VIOLÊNCIA

A história nos mostra que a polícia vem reproduzindo a sua ideologia (atrelada à ideologia da sociedade) ao longo dos tempos.

Pinheiro (1997) diz que a violência tem sido o mediador das relações sociais cotidianas, e que a polícia tende a agir como guarda de fronteira do rico contra os pobres.

Bretas (1997) lembra que existe nas polícias uma característica de resistência à inovações, o que dificulta a visão de novas alternativas. O autor salienta a importância do estudo da ação individual, pois é aí que se estruturam os significados que conformam a ação policial.

Skolnick (1967) realizou estudos na polícia inglesa e alerta que a presença do perigo prejudica o discernimento necessário para o uso da autoridade. Seus escritos mostram que as opiniões dos policiais ingleses são muito semelhantes às dos policiais brasileiros. Esse autor denuncia a presença de conservadorismo, cinismo, pessimismo, preconceito racial, suspeitas infundadas e o isolamento da comunidade policial, na cultura da polícia inglesa. Tais aspectos se fazem presentes no conteúdo do discurso de vários sujeitos desta pesquisa, confirmando a ideologia da sociedade, vigente também no espaço de convivência policial.

Santos (1997) considera que a inserção da violência no espaço social brasileiro faz com que o policial realize seu trabalho no limite da norma social e na margem da vida.

Reiner (1992), analisando a polícia canadense, alerta para o aprendizado que se dá nas ruas, quando o policial passa da sala de aula para a realidade de seu trabalho, onde poderá ser aprendida a ação violenta.

O excesso, a arbitrariedade parecem ser ideológicos quando se fala de polícias, mesmo em outros países. Os atos dos policiais acontecem no processo da interação social, então precisam ser estudados para que se entenda seu sentido. Podemos dizer que os policiais reproduzem os preconceitos e a violência da sociedade em sua interação com essa sociedade.

A PESQUISA

Usamos nesta pesquisa, como método, o estudo de caso, em pesquisa exploratória, Ex-Post Factum. Os instrumentos foram: como fonte primária, entrevistas semi-estruturadas, focalizadas na situação de violência; como fonte secundária, estudo comparativo de testes de Rorschach das perícias psicopatológicas da Junta

Central de Saúde da PMMG. Na fonte primária, nas entrevistas, foram inseridas as perguntas do questionário epidemiológico para pesquisa de alcoolismo CAGE. Também foram estudados documentos NPC – Notas de Prêmios e Castigos da população estudada, e ainda solicitamos às unidades, em todo o estado de Minas que nos enviassem a relação de policiais envolvidos em ocorrências violentas, bem como a descrição dessas ocorrências.

Duas populações foram estudadas: a “população comum operacional”, que realiza trabalho de policiamento nas ruas e que respondeu às entrevistas, e a “população problemática” que tinha sido avaliada em testes psicológicos projetivos, na perícia psicopatológica da Junta Central de Saúde. O material reunido na Junta Central de Saúde foi utilizado para a nossa primeira indagação, ou seja, seriam os policiais militares indivíduos potencialmente violentos? Buscamos a resposta nos traços estruturais que se apresentaram nas técnicas de avaliação utilizadas nos exames periciais.

Para a análise dos dados, fizemos um estudo comparativo dos testes, buscando sinais de agressividade estrutural da personalidade e analisamos as entrevistas do processo pericial sob o entendimento da ideologia, da psicanálise e do interacionismo simbólico.

Nos testes de Rorschach da “população problemática”, procuramos localizar traços determinantes de estrutura agressiva da personalidade, através de:

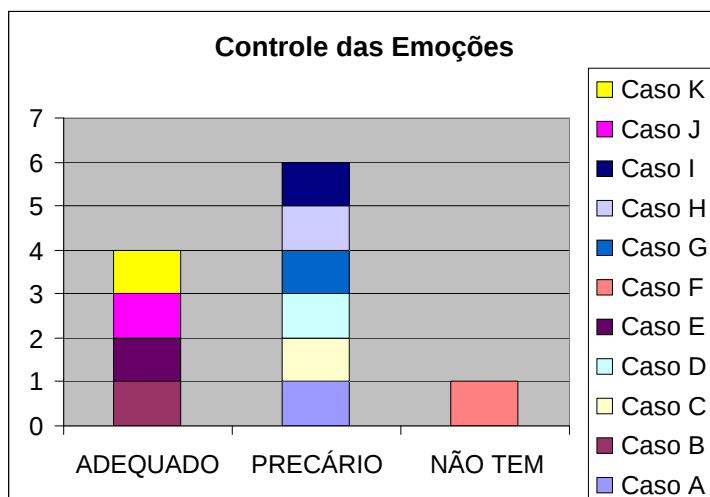
1) Atração pelo Vm; 2) Choque ao Vm; 3) $FC < C + CF$; 4) Presença de CN; 5) Ausência de resposta H ou H% rebaixado; 6) $H < (H) + Hd + (Hd)$; 7) A% aumentado; 8) B% aumentado; 9) K ou A com comportamento agressivo; 10) Choque à fragmentação; 11) Atração pela cor; 12) Choque à cor; 13) Conteúdo Sg; 14) Conteúdo da Lâm. IV; 15) Conteúdo da Lâm. III; 16) Conteúdo da Lâm. VII; 17) F% aumentado; 18) F+% aumentado.

Pela análise do Psicodiagnóstico de Rorschach, encontramos dados que **não confirmaram** a hipótese de que os policiais militares teriam estrutura agressiva de personalidade. O diagnóstico de síndrome de dependência de alcoolismo aparece em 5 (cinco) dos 11 (onze) casos estudados, e em 4 (quatro) dos 6 (seis) casos restantes. Há relato de uso de álcool no dia em que o policial cometeu alguma arbitrariedade.

O uso de álcool, sendo dependência ou não, aparece nessa população “problemática” da JCS como um fator de importância para pensarmos em qualquer intervenção para a diminuição da violência policial.

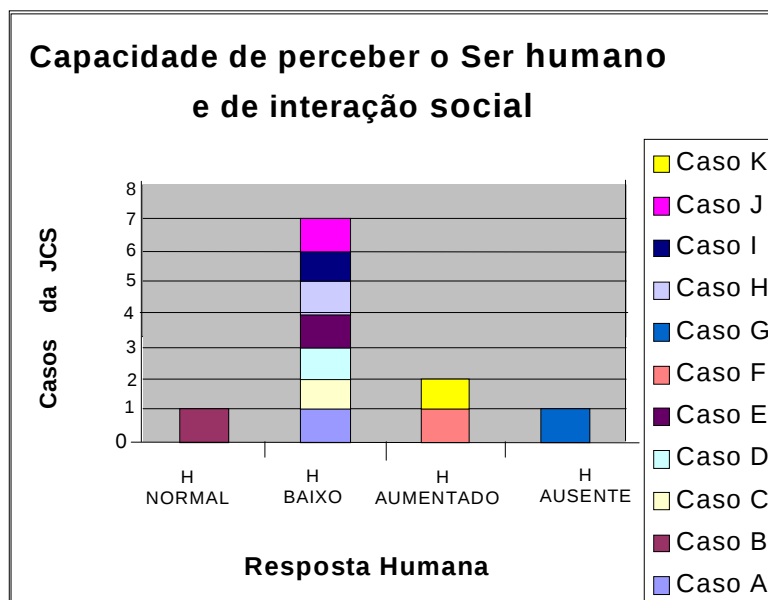
Quanto aos aspectos estruturais, sobressaíram no estudo comparativo dos testes o **controle mais precário das emoções, a pouca capacidade de interação social e a introjeção negativa da figura de autoridade**, conforme os gráficos a seguir:

GRÁFICO I - CONTROLE DA AGRESSIVIDADE, SEGUNDO OS DADOS DOS TESTES DE RORSCHACH



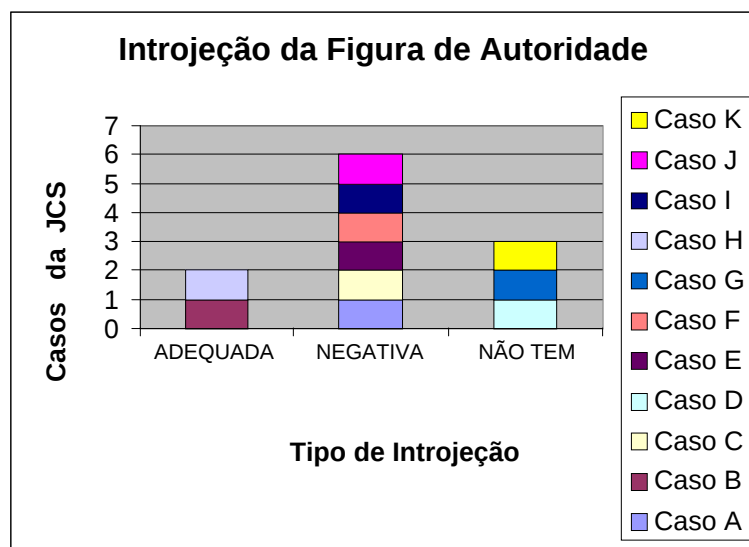
Fonte: Junta Central de Saúde. Perícias psicopatológicas de 1996/97.

GRÁFICO II - CAPACIDADE DE IDENTIFICAÇÃO COM O SER HUMANO, SEGUNDO OS DADOS DOS TESTES DE RORSCHACH



Fonte: Junta Central de Saúde. Perícias psicopatológicas de 1996/97.

GRÁFICO III - INTROJEÇÃO DA FIGURA DE AUTORIDADE, SEGUNDO OS DADOS DOS TESTES DE RORSCHACH



Fonte: Junta Central de Saúde. Perícias psicopatológicas de 1996/97.

Fizemos o levantamento das informações enviadas por diversas unidades do Estado de Minas Gerais, para nos familiarizarmos com os tipos de atos arbitrários cometidos pelos policiais militares. Constatamos que, no período compreendido entre julho de 1996 e julho de 1997, houve 764 casos nos quais os PMs estavam envolvidos em ocorrências de lesões corporais e homicídio. Para nossa surpresa, em 257 (duzentos e cinquenta e sete) casos, os PMs foram autores ou agentes, e em 503 (quinhentos e três) casos os PMs foram vítimas.

QUADRO 1 - LEVANTAMENTO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO VIOLÊNCIA

Ocorrências de Lesões e Homicídios	Número de ocorrências	% das ocorrências
Policiais Vítimas	503	65,8
Policiais Agentes	257	33,6
Total	764	100

Fonte: Informações enviadas pelas unidades PM.

Por essas informações, que configuravam uma amostragem do que fora registrado nas unidades, pudemos constatar que há muito mais a ser elucidado quando se trata de violência policial. A elevada porcentagem onde os policiais aparecem como vítimas nos remete a Santos (1997) que aponta o fato de o policial trabalhar à margem da vida, da dele própria, inclusive. Sendo assim, estudos da vida humana em grupo e da conduta humana são fundamentais para maiores esclarecimentos sobre a interação da polícia com a sociedade. Não só a violência praticada por policiais deve ser objeto de análises, mas também a violência presente nos diversos segmentos da sociedade, pois indica a inadequação das relações interativas, que podem ser apontadas como precariedade da cidadania.

Na segunda fase da pesquisa, procedemos às entrevistas e suas análises, feitas com a “população normal”. Esses policiais estavam respondendo a algum tipo de processo que envolvia agressividade, no serviço ou fora dele. Fizemos tal escolha, porque freqüentemente há coincidência entre descontrole na vida profissional e/ou na vida privada dos policiais. Foram ouvidos 31 (trinta e um) policiais, dos diversos batalhões da região metropolitana, exceto do 18º BPM, porque não compareceram ao convite das entrevistas.

Buscamos ouvir os policiais que executam o trabalho rotineiro de policiamento e pedimos aos entrevistados que nos relatassem as particularidades do trabalho policial, onde nem sempre os fenômenos correspondem ao que é ensinado nos treinamentos. Procuramos esclarecer o entendimento que os policiais têm sobre o que seja a violência social, além de pedirmos para que cada um nos explicasse sobre o que entendiam ser violência policial, uma vez que são os profissionais da área e podem definir melhor do que ninguém, as distorções da prática profissional.

O primeiro dado que sobressaiu dizia respeito ao fato de que, quando a ação policial tem a marca da **imprevisibilidade**, há mais chances de acontecerem os excessos de violência do que quando atendem ocorrências solicitadas à Central 190.

QUADRO 2 - TIPOS DE EMPENHO ONDE OCORRERAM VIOLÊNCIAS

Empenho do COPOM Rádio da viatura	02
Empenho por iniciativa própria	14
Outros (brigas, agressão à esposa, disparo acidental)	11
Negação do ato violento	04

Fonte: Dados de pesquisa.

Quando o policial intervém em perturbações da ordem que encontrou durante sua ronda (e onde não foi solicitado), a probabilidade da população reagir desfavoravelmente à intervenção da polícia se mostrou maior e as denúncias de agressão são mais frequentes. Podemos pensar que a reação desfavorável à intervenção policial pode acarretar uma resposta com uso de maior força por parte dos policiais.⁴ Já quando as ocorrências tiveram origem através do COPOM, as pessoas solicitam a presença da polícia e a recebem de modo mais adequado. Pudemos constatar que na interação da sociedade com a polícia, as chances de ocorrerem queixas sobre ação truculenta por parte dos policiais têm estreita relação com a baixa noção de cidadania que, infelizmente, a população apresenta.

O entendimento que os policiais mostraram da violência social é bastante politizado. Descrevem a realidade social e os crimes, com vívidas percepções sobre a influência da perversa desigualdade social.

Já o entendimento do que é violência policial passa pelo conceito de força e poder.

CATEGORIAS ENCONTRADAS

No processo das entrevistas, conseguimos organizar alguns padrões de violência. Foram citadas como relacionadas com a violência policial as seguintes categorias:

1 Disparo acidental: os disparos acidentais suscitam alguma “estranheza” numa população que conhece o manuseio de armas. Atos descuidados com esse tipo de equipamento podem ter sérias consequências. Em 1901, Freud descreveu o mecanismo desses atos, também chamados parapraxias, que podem servir para que o inconsciente se mostre, ou pode se apresentar como auto-censura. No caso de auto-ferimentos, esse autor recomenda que se avalie a possibilidade de suicídio como desenlace do conflito psíquico. Os disparos acidentais foram atos de 10% dos entrevistados, e necessitam ter uma atenção da Psicologia nos próximos anos. Ao invés de se considerar ‘acidente’, tais fatos podem ser um tipo de comunicação do estado mental do policial.

2 Identificação com as vítimas de crimes: A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações. É a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Os policiais falam de um momento em que se envolvem com a história de alguma ocorrência que estão atendendo e têm vontade de “vingar” as vítimas. Daí, eles partem em busca do agressor como mais um ator da cena, com outros fatores que não os profissionais influenciando o seu julgamento, o que poderia provocar um excesso em seus atos. Normalmente, as vítimas provocam lembranças familiares, têm condições econômicas semelhantes ou algum outro dado da história familiar. Aqui, encontramos material útil para ser aproveitado no processo de formação e socialização dos policiais, já que esse dado aponta para o envolvimento e reação emocionais dos profissionais como fator propiciador de excesso do uso de força.

3 Passagem ao ato: atos impulsivos, violentos, agressivos e delituosos. O policial fica tomado pelo ato, não pensa, apenas age. O ato marca o momento de uma nova identificação. Neste estudo, esta nova

⁴ Em situações imprevisíveis, os policiais relatam a presença mais frequente do medo, o que também influi na forma de abordagem do agente de segurança.

identificação parece ser provocada pelo medo. Os entrevistados que nos trouxeram esse tipo de história foram os que relataram sobre o medo durante o atendimento das ocorrências. Na profissão de agente de segurança pública, certamente o sentimento de medo pode se apresentar com frequência, servindo como catalisador para atos onde a agressividade se exacerba.

4 Alcoolismo: 26% (vinte e seis) da população apresentou resposta positiva para alcoolismo no questionário CAGE. Novamente o problema do alcoolismo salta aos olhos como dado relevante no que diz respeito a desvio de conduta de policiais.

É um número bastante preocupante em uma população que anda armada e dispõe de poder legal. Alguns policiais admitem que bebem durante o horário de serviço, ou relataram sobre colegas que assim o fazem. *“O uso crônico de álcool determina o embrutecimento de sentimentos morais e éticos. Provoca rudeza afetiva que pode chegar à brutalidade. A irritabilidade aumenta, condicionando explosões de ira. A labilidade do humor pode transformar o bêbado em um terrível tirano”*. (DOYLE, 1956) Além disso, o policial **necessita estar em condições de fazer um julgamento imediato** e, se estiver alcoolizado, não estará apto a fazê-lo.

O alcoolismo é uma grande preocupação desde sempre, por parte profissionais de saúde da PMMG, devido às complicações que provoca nos âmbitos da saúde física, mental e social dos policiais.

5 Atitude de vingança contra superior hierárquico: O rancor contra figuras de autoridade frequentemente sinaliza alguma problemática localizada no segundo momento do Complexo de Édipo. FREUD (1928) analisou em “Dostoiévski e o parricídio” as complicações que podem advir do Complexo de Édipo. Quando a realidade alimenta esse conflito, essas reações infantis reaparecem. A situação hierárquica em uma estrutura militar pode favorecer situações como essas, principalmente se os indivíduos tiverem certeza da impunidade.

O relato dos entrevistados indica o rancor contra qualquer superior, seja praça ou oficial, o que indica a problemática relacionada à figura de autoridade, e não a diferenças entre categorias profissionais.

6 Sentir-se humilhado pela população que não respeita as leis: Roberto DA MATTA (1928) diz que a situação “Você sabe com quem está falando?” é uma fórmula cultural que exprime uma reação violenta à impessoalidade e à cidadania. Então a lei universal que se aplicaria a todos, condição indispensável para a cidadania, não se aplica na sociedade brasileira. Novamente a baixa noção de cidadania da sociedade brasileira é fator que facilita a presença da violência nas interações da polícia com a sociedade.

Aqui atua o estigma social, que é uma queixa dos policiais. Relatam serem humilhados por vários segmentos da sociedade por terem um emprego, por serem agentes da lei. Na interação com as comunidades, sentem-se discriminados e não respeitados por indivíduos que expressam seu desprezo pela lei e seus agentes. E em um momento de descontrole, podem responder com atitudes proporcionais à humilhação a que se sentiram submetidos.

7 Poder e Perversão: No caso da polícia, o poder pertence ao Estado, e a Instituição vai apresentar as mesmas feições deste. CARAM lembra que a agressão institucionalizada é protegida pelas leis que, por vezes, a combate. A polícia aparece, muitas vezes, defendendo os interesses das elites, em nossa estrutura social, reproduzindo a ideologia vigente.

Houve relato sobre policiais que gostam de bater nas pessoas, que o poder sobe à cabeça, tentam impor respeito batendo. Outros contaram que há policiais que são “do mal” e se aproveitam da profissão. Situações semelhantes de abuso em cargos do Estado podem ser constatadas em outras esferas do poder público, onde a corrupção ou outro tipo de arbitrariedade acontecem, cinicamente. Trata-se de um problema estrutural das instituições públicas, que se prolifera em uma sociedade que não tem o hábito arraigado de *accountability*⁵.

⁵ Controle social realizado pelas instituições e cidadãos em regimes democráticos.

Esse não é o tipo de policial que procura ajuda psicológica, ao contrário, age nas sombras e resiste às mudanças institucionais necessárias para uma atuação policial cidadã.

Pelas entrevistas, notamos que o abuso de poder é atribuído a questões individuais, não sendo uma regra.

Importante ressaltar que alguns entrevistados aludiram à impunidade que muitos desses policiais usufruem na Corporação. Esse relato apareceu em 29% (vinte e nove) das entrevistas, sendo motivo de grande preocupação na análise dos dados, pois guarda relação direta com as questões ideológicas assimiladas tanto na aprendizagem informal (REINER,1992), quanto na interação entre grupo policial-militar.

CONCLUSÃO

Então, na violência policial, encontramos a influência de alcoolismo, manifestações do inconsciente, descontrole emocional, medo, imprevisibilidade das situações, identificações com o caráter violento do estabelecimento do lugar paterno, dificuldade com as figuras de autoridade, preconceito, e o fato de vivenciarem a situação de serem estigmatizados pela comunidade civil.

Porém, além das influências decorrentes da convivência com a sociedade, e de fatores relacionados com a saúde mental, detectamos também alguns casos, onde há uma escolha pela conduta violenta, claramente abusiva, que foi um dos elementos encontrados neste estudo, apontando para a perversão e para a internalização de valores que incentivam o excesso de agressividade, que pode ser de cunho ideológico.

Nas nossas análises, vimos que as questões sociais e a ambivalência que a Instituição policial, especializada em violência⁶, transmite em relação à violência e poder, é que vai reforçar as características que encontramos nas instituições totais.

Assim, a ideologia referente à violência e poder que a Instituição transmite, a convivência com as questões sócio-econômicas, o uso do álcool e outros problemas de origem familiar podem gerar contradições que desencadeiam comportamentos violentos.

⁶ Aparente de Estado, a polícia é especializada em lidar com a violência: previne, socorre, presencia, convive e pratica.

REFERÊNCIAS

- ADRADOS, Isabel. *Teoria e prática do teste de Rorschach*. São Paulo: Vozes, 1980.
- ANZIEU, Didier. *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*, Lisboa: Presença, 1970.
- AUGRAS, Monique. *Teste de Rorschach: atlas e dicionário*. Rio de Janeiro: FGV-ISOP, 1994.
- ARENDT, Hannah. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *Da violência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1969.
- BOBBIO, Norbert. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- BOHM, Edwald. *Manual del psicodiagnóstico de Rorschach*. Madrid: morata, 1968.
- BORDIER, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOSCHI, Renato R. *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BORDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- CANETTI, Elias - *Massa e poder* - São Paulo : Melhoramentos; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- CARAM, Dalto. *Violência na sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CHAUÍ, Marilena - *O que é ideologia* - São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COSTA, Jurandir Freire - *Violência e psicanálise*, Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CUNHA, Jurema A. - *Dicionário de termos de psicanálise de Freud*, Porto Alegre: Globo, 1975.
- DA MATTA, Roberto. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Oboré, 1988.
- _____. Por um fator de equilíbrio *Revista de Administração de empresas*. São Paulo: 33 (3): p. 98-104, mai./jun. 1993.
- DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DOYLE, Iracy - *Nosologia psiquiátrica*, Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956.
- FENICHEL, Otto - *Teoria psicanalítica das neuroses*, Rio de Janeiro, São Paulo: Atheneu, 1981.
- FERREIRA, Pedro. Relatório mostra violência de ação policial. *O Tempo*, Belo Horizonte, 24, out. 1999, Caderno Geral, p. 9.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder* - Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª ed. 1986.

FREUD, Sigmund - Além do princípio do prazer. (1920) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro, 1976, vol. XVIII, p. 13-85.

_____. A psicopatologia da vida cotidiana. (1901) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. VI, p. 19-332.

_____. Dostoievski e o parricídio. (1928) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p. 205 -223.

_____. O futuro de uma ilusão. (1927) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p.15-71.

_____. O mal-estar na civilização. (1930) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p. 81-171.

_____. Por que a guerra? (1933) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXII, p. 237-259.

_____. Psicologia de grupo e análise do ego.(1921) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XVIII, p. 91-179.

_____. Totem e tabu. (1913) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XIII, p. 20-191.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

_____. *Manicômios, prisões e conventos* - São Paulo: Perspectiva, 1961.

GUERRA, Domingos S. L. et al. *Alcoolismo entre policiais-militares: correlação com a disciplina institucional*. Belo Horizonte: APM, 1996. Monografia apresentada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). Fundação João Pinheiro/Academia de Polícia Militar, jun./96.

FARR, Robert M. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KAPLAN, H. *Compêndio de psiquiatria dinâmica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

MASUR, Jandira et al. Detecção precoce de alcoolismo em clínica médica através de questionário CAGE: debilidades e limitações. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v. 34, n.1, jan./fev. 1985.

MATA-MACHADO, Marília N. *Entrevista de pesquisa: A interação pesquisador-pesquisado*. Tese de titulação, Belo Horizonte, 1991 (mimeo).

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MINKOWSKA, F. *Le test de Rorschach dans l'épilepsie essentielle*. Am. Med. Psychologie, v. II, 1946.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MAFFESOLI, Michel - *Dinâmica da violência*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

OLIVEIRA, Juarez.(org.) *Código de processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1984.

- OMBREDONE, A & CANIVET, N. *Aplicación clínica del test de Rorschach*. Paris, 1948.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Manual de diagnóstico psiquiátrico. – CID 10*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- ORR, M. *Le test de Rorschach et l'ímago maternelle*. Groupement Français du Rorschach, Paris, v. 41, 1958.
- PINHEIRO, Paulo S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, FFLCH - v. 9, nº 1, mai./1997.
- _____. As relações criminosas. *Folha de S Paulo*, São Paulo, 22, set./1996, Caderno MAIS!, p. 7.
- PORTUONDO, Juan. *El Rorschach psicoanalítico*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1975.
- REGULAMENTO DISCIPLINAR COMENTADO. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 1975.
- REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA DE MINAS GERAIS. (R – 116) Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 1986.
- REINER, Robert. *The politics of the police*. Toronto: The University of Toronto Press. 1992.
- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE - *Psicanálise em tempos de violência*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, ano VI, nº 12, 1997 .
- REVISTA DE PSICOLOGIA - *Saúde mental e segurança pública*. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais/ Diretoria de Saúde. Vol.1, nº 1, jan./dez. 1997.
- ROSENFELD, Herbert A. *Os estados psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- SANTOS, J. V. T. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. In: *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, FFLCH - v. 9, nº 1, mai./1997.
- SILVA, Alzira Schueller B. P. *Papel da figura paterna na formação da personalidade: um estudo com adolescentes toxicômanos*. São Paulo: s.n., 1990, 272 p. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, USP.
- SKOLNICK, Jerome H. *Justice without trial. Law enforcement in democratic society*. New York: MacMillan. 1996.
- SOUZA, E. M C. D. & PATROCÍNIO, M. C. C. Fatores psicossociais na gênese de atos agressivos de policiais militares. In: SAMPAIO, Jäder R.(org.) *Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social: estudos contemporâneos II*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- VAN GENNEP, Arnold . *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VELHO, Gilberto (org.) *Desvio e divergência- uma crítica da patologia social* - Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (org.). *Cidadania e violência* Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- WEBER, Max. apud BOBBIO, Norberto et alli *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília. 1992.
- WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, FFLCH - v. 9, nº 1, mai./1997.